

Da pandemia ao pandemônio

*** LUÍS EDUARDO ASSIS**

ECONOMISTA, EX-DIRETOR DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL E PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC-SP E DA FGV-SP.

Nada mais longínquo da reflexão maquiavélica do que as agruras que afligem o nosso simplório presidente.

Maquiavel já sabia das coisas no século 16. Para ele, é a conjunção entre fortuna e virtude que define o destino de um governante. A fortuna expressa a força caótica dos acontecimentos que o acaso faz materializar, muitas vezes de forma destruidora. A virtude expressa a capacidade do homem de conviver com o imprevisível, exercendo seu livre-arbítrio para conter os efeitos danosos das exorbitâncias do destino. Os homens de virtude recebem da fortuna apenas a oportunidade. Nada mais longínquo dessa refinada reflexão maquiavélica do que as agruras que afligem nosso simplório presidente.

Depois da recessão histórica de 2020, a inflação é o grande desafio do governo. Os números falam alto. O IPCA dos últimos 12 meses está em 10,25% e já é o maior índice desde o começo de 2016. Os desajustes que deságuam na inflação vêm de todos os lados. As restrições de oferta causadas pela interrupção das cadeias produtivas de segmentos importantes, aliadas ao aumento exponencial dos fretes marítimos (da ordem de 600% em um ano), forçam a alta dos preços dos bens industriais. Também a inflação de serviços colocou a cabeça para fora com

o fim do isolamento social e a retomada das atividades. De uma elevação anual de 0,95% em agosto de 2020, os serviços subiram 3,9% em agosto passado. Vão subir mais com a gradual retomada do emprego. Como desgraça pouca é bobagem, temos os preços dos alimentos e dos combustíveis, pressionados pelas commodities e pelo câmbio. Nem precisava da crise hídrica para azedar a conta, mas ela está aí e ninguém sabe onde vai parar.

Se a fortuna não ajuda, a falta de virtude atrapalha mais ainda. O Relatório de Inflação divulgado em setembro pelo Banco Central (BC) é um longo arrazoado sobre a quadratura do círculo. A Lei Complementar n.º 179/2021, que regulamentou a independência do BC, agregou à meta fundamental de assegurar a estabilidade dos preços o objetivo secundário de fomentar o pleno-emprego. A autoridade monetária contorna esse dilema com o argumento de que a inflação não promove o crescimento. É verdade, mas não consola, porque também é verdade que a elevação de juros – única bala na agulha a esta altura – vai controlar a inflação ao custo de esfriar o nível de atividade, que nem chegou a ficar morno.

A virtude exige alguma capacidade de se precaver. Não foi o nosso caso. Os estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) definharam nos últimos anos. Em setembro de 2021, a Conab armazenava apenas 21,6 mil toneladas de arroz, 96% menos que no mesmo período de 2014. Os estoques de milho, por sua vez, foram reduzidos em 97,8% nesse período, ao passo que os estoques de feijão simplesmente foram zerados. A tese ultraliberal de que os preços devem

flutuar ao livre sabor da oferta e demanda também encontra eco na taxa de câmbio. Ao contrário do que ocorre em muitos países, a ideia de que o Banco Central possa intervir no mercado para suavizar flutuações é, aqui, digna de excomunhão.

O mesmo ocorre com a política de preços da Petrobras. Qualquer sugestão para reduzir a volatilidade de preços é execrada com acusações de blasfêmia e sacrilégio.

Resta subir juros e abortar os sinais tênues de recuperação da economia. Apertemos os cintos, porque a turbulência é certa. Em julho, a população ocupada alcançou 89 milhões de pessoas, mais que os 82 milhões de julho de 2020, mas ainda menos que os 93,6 milhões de julho de 2019. A contenção da economia por meio das taxas de juros ocorre num cenário de crise política e antecipação da campanha eleitoral. A fortuna, definitivamente, não ajuda os presidentes que não têm virtude. A inflação é apenas mais um dos infortúnios de um governo vicioso.

Núcleo de Inteligência - Sedet

Edição 251 - Em 13 de outubro de 2021

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.